

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Entendendo a distribuição de competências no contexto da Administração Pública

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Israel Batista Müller
Bráulio Aparecido Vieira

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Se tratando de Administração Pública, a distribuição de competências é essencial para garantir a eficiência e eficácia na prestação de serviços à sociedade. Este assunto aborda a destinação de responsabilidades entre diferentes níveis de governo e órgãos, evento que ocorre logo após a descentralização da União, Estados, DF e Municípios, para autarquias, fundações, empresas de capital misto e empresas públicas. E em seguida a desconcentração, com criação de ministérios, departamentos e afins, visando otimizar recursos públicos e promover o bem-estar social. Visando a criação consciente e fiscalizada de novos setores. Entender como essa distribuição ocorre é fundamental para uma gestão pública transparente e responsável.

Objetivo

Este estudo visa analisar a distribuição de competências na Administração Pública, compreendendo como ela influencia a prestação de serviços à população e a governança pública.

Material e Métodos

Será realizada uma revisão bibliográfica abrangendo teorias sobre federalismo, descentralização e desconcentração administrativa, e legislação pertinente. Serão analisados documentos oficiais, como constituição de 1988, e leis, além de estudos de casos de diferentes países como Estados Unidos e Reino Unido, para comparar modelos de distribuição de competências. Métodos qualitativos serão empregados para a interpretação e análise dos dados coletados.

Resultados e Discussão

A distribuição de competências na Administração Pública varia de acordo com o sistema político e organizacional de cada país. Em regimes federativos, como o Brasil e os Estados Unidos, há uma clara divisão de responsabilidades entre os entes federativos, com competências específicas para cada nível de governo. Já em sistemas unitários, como o Reino Unido, o poder é centralizado, mas ainda assim pode haver alguma forma de descentralização. A eficácia da distribuição de competências depende da capacidade de coordenação e cooperação, evitando sobreposições e lacunas na prestação de serviços. A descentralização pode promover maior proximidade entre governo e cidadãos, facilitando a identificação de demandas locais. No entanto, a fragmentação

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



excessiva de competências pode gerar conflitos de interesse, portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre a autonomia local e a coordenação centralizada para garantir uma governança eficiente e responsável.

Conclusão

A distribuição de competências na Administração Pública desempenha um papel crucial na organização e funcionamento do Estado. Uma abordagem equilibrada e bem coordenada pode promover a eficiência na prestação de serviços e a participação cidadã, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida da população.

Referências

Teorias das relações jurídicas da prestação de serviço público sob regime de concessão - 1 ed./2015, de Andrade, Letícia Queiroz de. Série Temas de direito administrativo (35), vol. 35. Editora Malheiros Editores LTDA, capa mole em português, 2015

Administração Pública Digital - 2ª Ed - 2024: Proposições Para O Aperfeiçoamento Do Regime Jurídico Administrativo

<https://www.jusbrasil.com.br>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.